

## CAPÍTULO 08

### **PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB): TRAJETÓRIA, REDES E PODER SOB A PERSPECTIVA DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO**

*Nayara Régio Pestana<sup>1</sup>*

*Marta Zorzal e Silva<sup>2</sup>*

#### **Resumo**

A sociedade civil contemporânea tem passado por um processo de reconfiguração, em que a luta pelo alargamento da democracia tem alterado a lógica dominante no terreno simbólico, resignificando constantemente o que se entende por participação. Ao mesmo tempo as instituições tradicionais da democracia representativa como os **partidos políticos** e suas formas de agregação e representação de interesses têm sido questionados em suas práticas, em especial, no que concerne à qualidade da representação política. Este trabalho, enquanto parte de um projeto mais amplo que buscou analisar o potencial e os desafios de instituições da sociedade civil no estado do Espírito Santo para produzir coalizões políticas que resultem em processos de governança democrática e participativa, traz os achados encontrados no **Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)**. Trata-se de uma pesquisa exploratória e qualitativa, que, por meio de entrevistas em profundidade e análise do discurso do sujeito coletivo, apresenta um mapeamento dos principais traços identitários, trajetórias políticas, objetivos, estratégias de atuação, perfil histórico e sócio-econômico, bem como as formas de intermediação de interesses constituídas pelo PSDB, suas articulações e poder de ação no processo de definição dos arranjos políticos no Espírito Santo.

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais, bolsista de iniciação científica do Laboratório de Estudos Políticos – LEP / Núcleo de Pesquisa em Ciências Sociais – NEPCS-UFES

<sup>2</sup> Doutora em Ciência Política, pela USP-SP, Professora dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PGCS e em Saúde Coletiva da UFES. Coordenadora do Laboratório de Estudos Políticos – LEP/NEPCS e segunda Líder – OPPP / PPGADM / UFES.

**Palavras-chave:** Democracia, Atores coletivos, Partidos Políticos, Espírito Santo, PSDB.

### **8.1 – Introdução**

As transformações ocorridas na economia e na sociedade brasileira, especialmente a partir dos anos 60 e 70, fomentaram uma conjuntura de lutas e reivindicações por mudanças no regime político e atendimento das demandas sociais. O crescimento das cidades com o advento da intensa industrialização contribuiu para a mobilização social ocorrida no período.

O Estado do Espírito Santo (ES) também foi inserido nesses processos, sobretudo, com a instauração de grandes projetos industriais na região metropolitana de Vitória, onde foi percebida uma mudança drástica no contexto sócio-econômico deste Estado. A população que vivia no interior com uma economia baseada na agricultura foi atraída para a Grande Vitória, que passou a comportar grande parte da população do Espírito Santo.

Neste contexto, o trabalho realizado por Silva & Rocha (1993) elucida o momento vivido, ainda na ditadura (décadas de 60 e 70), onde foi mostrado que a sociedade civil não teve força para participar de forma efetiva do processo de articulações que capitaneou a entrada dos grandes grupos econômicos no Espírito Santo. Ao mesmo tempo, evidência que as mudanças econômicas não corresponderam de forma efetiva na constituição e expressão de novos atores na arena política. Entre outros fatores que contribuíram para um relativo descompasso entre as mudanças na esfera econômica e na arena política está a conjuntura em que elas ocorreram, predominantemente marcada pelo período da ditadura militar, onde não havia espaços para expressão e participação política.

Entretanto, nas décadas seguintes, sobretudo nos anos oitenta, com o processo de liberalização política e redemocratização ocorrida no país, verifica-se também no ES, a presença de segmentos da população organizados e dispostos a mudar o cenário político-institucional da sociedade brasileira. Destaca-se nesse período a presença e a atuação dos sindicatos, partidos políticos, federações, organizações religiosas e outras entidades da

sociedade civil organizada, como principais articuladoras das lutas por mudanças sociais e políticas.

Dessa forma, ocorrem amplas reformas no Brasil, a partir de meados dos anos oitenta. Reformas político-institucionais e econômicas que alimentaram o debate e a agenda política em torno da elaboração da Constituição de 1988 e da reforma do Estado *lato sensu*. No âmbito do processo de redemocratização, a agenda política teve como eixos a democratização dos processos decisórios e a equidade dos resultados das políticas públicas, sendo a democratização vista como condição da equidade dos resultados.

É neste contexto que se verifica a ampliação da participação social na gestão pública via Orçamento Participativo e Conselhos Gestores e também a ação de várias organizações da sociedade civil, contribuindo para a formação e sustentação de governos e maior articulação com Estado. Portanto, é considerando as mudanças em curso na sociedade brasileira, em geral, e na sociedade capixaba em particular que se busca investigar a atuação de organizações relevantes da sociedade civil neste processo. Dessa maneira, é de vital importância a investigação dessas organizações / instituições para compreender como o alargamento da democracia tem se processado e com que qualidade a normatividade democrática está sendo constituída no Estado do Espírito Santo.

Para isso a pesquisa esteve voltada à análise da relação entre Estado e sociedade, a partir do olhar da sociedade para o Estado, o qual foi extraído por meio dos *discursos* proferidos pelos principais atores dos processos ora examinados. Foi explorado o argumento de que atores da sociedade institucionalmente inseridos nos arranjos tradicionais da política são os que possuem maior capacidade de participar e de influenciar a ação do Estado, seja na produção de coalizões políticas, seja na produção de políticas públicas. Para tanto, foi selecionado um grupo de instituições / organizações relevantes da sociedade civil capixaba para investigar o papel e as estratégias de atuação que elas encetam no processo de produção do poder político estadual.

O objetivo nesta pesquisa foi conhecer o potencial dessas instituições para produzir coalizões políticas e a natureza dessas coalizões. O foco recai sobre as possibilidades de ampliação da democracia e sobre sua qualidade, tendo como eixo o pressuposto de que o exercício do poder político deve ser pautado na ética e responsabilidade pública e na capacidade para realizar ações que resultem na promoção do exercício da cidadania.

No presente trabalho, foi selecionado o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), fundado no ano de 1988, principalmente por ex- integrantes do PMDB, como sendo um dos atores relevantes na condução dos referidos processo de mudanças. Nesse sentido, a trajetória do partido tem início com a redemocratização ocorrida no mesmo período de sua fundação e, em nível nacional, o partido foi marcado pela conquista de altos cargos eletivos, tanto no poder legislativo como no executivo. Além disso, ocupou por dois mandatos a Presidência da República, o que dentre outros fatores o tornou um dos principais partidos políticos com poder efetivo de decisão sobre os rumos das mudanças políticas e institucionais ocorridas no Brasil.

Em se tratando do estado do Espírito Santo vale ressaltar que raros são os estudos sobre o sistema partidário estadual e é praticamente inexistente estudos sobre partidos específicos, o que justifica o investimento realizado por esta pesquisa. Desse modo, a escolha do PSDB-ES visa contribuir com a necessidade de ampliar conhecimentos sobre os partidos políticos no Espírito Santo.

O PSDB no Espírito Santo, em linhas gerais, foi aqui analisado, pensando de que maneira o partido contribui para a consolidação da democracia, tomando por base o potencial do partido para produzir coalizões políticas e a natureza dessas coalizões. Dessa maneira, investigamos, a partir da “fala da instituição”, isto é do discurso do *sujeito coletivo PSDB* – elaborado com base nas entrevistas de cinco lideranças – as principais políticas e objetivos do partido, as estratégias de atuação, os principais desafios, concepções sobre corrupção e improbidade e quais são as instituições no cenário capixaba que o partido busca se aliar para a formação de um governo.

A análise do PSDB, enquanto partido alinhado a uma rede de poder para a contribuição para a formação de governos e o fomento da democracia local, ainda não foi investigada pela atual literatura, referente ao sistema partidário brasileiro. Em se tratando de Espírito Santo, pode-se dizer que raros são os estudos sobre o sistema partidário estadual. Dessa forma, esta é uma pesquisa de caráter **exploratório** que visa contribuir para a elucidação das práticas recorrentes na relação entre sociedade civil e sociedade política no Estado do Espírito Santo.

## **8.2 – Revisão da Literatura**

A sociedade brasileira, nas décadas de 1970 e 1980, foi marcada pela transição do regime autoritário (1964-79), mantido pela Ditadura Militar, para a democracia. Durante este período nota-se a efervescência de uma sociedade civil atuando para pôr fim ao regime ditatorial e buscando intensas transformações sociais e econômicas. Neste contexto, verifica-se a atuação de diversos movimentos na sociedade civil que antes estavam marginalizados pela Ditadura, mas, com o advento da redemocratização eles são legitimados, como é o caso dos partidos políticos, aqueles, não inseridos no regime autoritário.

A reforma partidária teve início no Brasil com a Lei nº. 6767/79 que pôs fim ao bipartidarismo vigente durante a Ditadura Militar. Nesse sentido o ano 1980 é identificado como referência inicial do retorno ao sistema multipartidário brasileiro. Com a reforma, a criação e organização de novos partidos foram possíveis, ao mesmo tempo em que tornou o cenário político mais competitivo e diversificado, portanto mais condizente com as regras do jogo democrático que então se restaurava. Entretanto, os dispositivos da Lei 6767/79 continham uma estratégia deliberada do regime autoritário de dividir a oposição que estava aglutinada no MDB, tendo em vista que a partir de meados da década de 1970 o MDB vinha capitalizando o voto de faixas expressivas do eleitorado opositor (LAMOUNIER, 1988, 1990; FERREIRA, 1990; KINZO e SILVA, 1996).

Além dessa estratégia, a reforma partidária de 1979 trouxe outros constrangimentos restritivos que não permitiram a livre mobilização das forças políticas, por isso, os partidos existentes antes do regime autoritário não se reorganizaram a exemplo do que ocorreu nos demais países do Cone Sul. No caso brasileiro, foi criado um sistema partidário totalmente novo (KINZO, 1988, 2001; FERREIRA, 1990; FLEISCHER, 1997). Em análise sobre a evolução do sistema partidário brasileiro no período de 1982 a 2006, Ferreira et. al (2008) evidenciam os constrangimentos que marcou o novo sistema partidário emergente nos seguintes termos:

A criação de novos partidos foi um desafio para o eleitorado, que se deparou com agremiações partidárias novas e às quais deveria adaptar-se. As exceções eram PMDB e PDS, herdeiros, respectivamente, do espólio político e eleitoral do MDB e da ARENA. Portanto, cabia aos eleitores não só buscar conhecer os novos partidos, mas distinguir as clivagens existentes entre os mesmos, seu perfil ideológico, programático e conhecer suas plataformas eleitorais. As elites políticas, por sua vez, também estavam diante de alguns desafios, dentre eles, criar e estruturar novos partidos em todo território nacional, exigência da legislação partidária. E, além disso, adaptar-se ao recém-inaugurado panorama plural da competição política, buscar um diferencial que lhes conferisse um perfil programático ou ideológico, tornar o partido conhecido do eleitorado e, sobretudo, conquistar seu apoio. No âmbito desse processo, lideranças foram reintegradas à vida pública, beneficiadas pela anistia, e procuraram se restabelecer e conquistar seu espaço na disputa política. Além disso, novos atores políticos surgiram e entraram no mercado eleitoral (FERREIRA, D. P.; BATISTA, C. M.; STABILE, M. 2008, p. 433).

Diversos estudos sobre o sistema partidário e os partidos políticos brasileiros foram realizados ao longo das quase três décadas que nos separam da reforma realizada em 1979. Dentre as principais concordâncias em torno das características desse sistema, dois autores Mainwaring (2001) e Kinzo (2005) concordam que fragilidade sistêmica dos partidos e a fragmentação do sistema partidário ocorre devido ao fato de os partidos apresentarem uma intensa volatilidade eleitoral que é um reflexo da incapacidade para conquistarem um eleitorado estável e fiel. Kinzo (2005) acrescenta que, os

fatores cruciais para a inteligibilidade do sistema partidário, são as regras eleitorais muito complexas e pouco claras para grande parte da população, o que contribui para o pouco desenvolvimento de identidades partidárias e a inexistência de raízes partidárias profundas na sociedade.

Desse modo, uma das conseqüências do pouco desenvolvimento de identidades partidárias na população, é o fato dos partidos políticos não estarem cumprindo de forma efetiva uma de suas funções, que de acordo com Meneguello (1998), é a função de se relacionar com as bases e eleitores. Dessa forma, segundo Mainwaring (2001), o que marca o momento da escolha de representantes, é a personalidade do candidato, o que conduz a pouca legitimidade aos partidos no Brasil.

Na mesma linha, Kinzo (2005) destaca características do sistema partidário brasileiro, reafirmando a prática recorrente dos partidos, quando no momento eleitoral estabelecem grandes alianças partidárias, o que provoca enfraquecimento dos partidos. Conseqüentemente o reflexo se dá no voto do eleitor, o qual apóia seu voto em campanhas individuais. Isso ocorre devido ao fato de que no Brasil vigora o sistema de lista aberta, que gera incentivos para uma ação particularista, o que levaria os parlamentares eleitos a formularem propostas que visem atender seu eleitorado local, ou seja, adotar um comportamento clientelista.

Entretanto, as análises<sup>3</sup> que ousaram analisar as votações nominais na Câmara dos Deputados chegaram a conclusões divergentes quanto ao comportamento esperado de uma lista aberta, num sistema presidencialista, foi constatado que os políticos no Brasil possuem uma considerável disciplina partidária e previsibilidade no comportamento dos parlamentares.

Os parlamentares se comportam em grande medida de acordo com a orientação dos seus líderes partidários. Além disso, até mesmo a alta fragmentação deveria ser relativizada, pois os pequenos partidos não se comportam como tais, mas seguem, nas votações, os grandes partidos do seu bloco ideológico (Figueiredo e Limongi, 1999) *apud* Tarouco (2007).

---

<sup>3</sup> Figueiredo e Limongi *apud* Tarouco, 2007.

O comportamento clientelista dos parlamentares brasileiros não foi constatado nos estudos de Figueiredo e Limongi (1999). E mesmo em uma investigação mais aprofundada realizada por Amorim Neto e Santos (2002), onde foi investigado o conteúdo das propostas legislativas entre 1985 a 1999, as propostas que os parlamentares brasileiros buscam aprovar possuem uma abrangência nacional.

Toda essa discussão é recorrente, na literatura brasileira que investiga o sistema partidário, no entanto, é necessário o entendimento do papel dos partidos para a consolidação de uma democracia representativa, e de sua relevância na formação de governos, quando se percebe, que o sistema partidário é um sistema fundamental, tendo em vista que os partidos políticos, de acordo com Meneguello (1998). Possuem três importantes funções, quais sejam:

- a) A função representativa e de articulação de interesses.
- b) A função governativa; a capacidade que eles possuem de se relacionar com as bases e eleitores, e a sua relação no parlamento;
- c) O seu papel no governo.

Meneguello (1998) menciona a importância dos partidos na organização e no funcionamento do poder executivo e ressalta que a forte relação dos partidos com a arena governamental geraria o fortalecimento da organização partidária:

“(…) a proximidade com a arena governamental constitui para os partidos um poderoso meio de desenvolvimento. A pesquisa encontrou o funcionamento de uma dinâmica circular entre a arena eleitoral e a arena governamental que define a relevância dos partidos para os governos, constituindo um círculo virtuoso de fortalecimento da organização partidária” (MENEGUELLO, 1998, pg. 166).

Dessa forma, se reconhece a relevância de uma investigação que apure o grau de envolvimento dos partidos brasileiros com a sociedade política e a



sociedade civil. Tendo em vista que o grau de enraizamento dentro da sociedade civil e também a capacidade de formar governos, como já foi demonstrado, são cruciais para analisar o sistema partidário brasileiro a intenção dessa pesquisa foi verificar de que forma essa relação é estabelecida no caso do PSDB. Isto é, dada a importância da relação entre arena eleitoral e arena governamental busca-se um melhor entendimento dessa relação por meio do estudo de um partido em especial: O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) enquanto unidade de análise no Estado do Espírito Santo.

### ***O Partido da Social Democracia Brasileira***

O PSDB a nível nacional foi fundado em 1988. Os primeiros integrantes do partido vieram de dentro do PMDB. Nesses 22 anos de existência, o partido conquistou diversos cargos relevantes no poder, dentre eles, o principal, foi o cargo de Presidente do Brasil, ocupado por dois mandatos por Fernando Henrique Cardoso.

Em relação a estudos que abragem esta temática, Celso Roma (2002), trouxe importante contribuição em seu trabalho ao analisar os seguintes aspectos: a fundação do partido, as alianças com a direita, coalizações eleitorais e coalizações com o governo; o crescimento do PSDB, no que se refere à conquista de votos e cargos eletivos, no que está associado a tipo de estrutura organizacional do partido e à visão ideológica de suas lideranças.

Uma outra pesquisa que nos fornece ricos elementos para uma melhor análise do PSDB é a do André Perim Guiot (2006), que investiga a influência da ideologia do partido e em quais organizações da sociedade civil, ele está presente. Ademais, aborda o conteúdo social e a contribuição do partido para a implementação do neoliberalismo no país.

Apesar dos trabalhos mencionados, a literatura relativa a partidos a nível subnacional é escassa, sobretudo, quando falamos em ES. Poucos são os trabalhos realizados, dentre eles, temos alguns poucos estudos realizados

pelo laboratório de estudos políticos<sup>4</sup> que contemplam a temática aqui investigada.

Nesses estudos, foi detectado que a passagem do sistema bipartidário para o multipartidário no Espírito Santo seguiu os contornos gerais descritos em grandes linhas para o Brasil. Assim como ocorreu no âmbito nacional, no Espírito Santo, o PMDB também emergiu como o maior partido. Nas eleições de 1982 agregou 58,1% dos votos e nas eleições de 1986 obteve 60,2% para o Congresso Nacional, ou seja, mais da metade das cadeiras destinadas ao estado nestas duas eleições, as demais foram distribuídas entre o PDS, PFL e PT. As eleições de 1990 foram marcadas pelo retorno às eleições diretas para Presidência da República. Com isso o cenário político que antecedeu essas eleições foi pontuado por rearranjos políticos que se refletiriam no sistema partidário com a criação de novos partidos e a recriação de antigas legendas. É neste contexto que emergiu o **PSDB**, em 1988, a partir de divisões e dissensões no PMDB. Como resultado dessas reconfigurações partidárias o PMDB perdeu espaço, porém continuou o maior partido com 60% dos votos, o PSDB conquistou 30% e o PL 10% dos votos para a Câmara Federal (SILVA & ROCHA, 1993).

Nas eleições subseqüentes as reconfigurações no sistema continuaram a ocorrer produzindo um constante redesenho no sistema com o crescimento de partidos como o PSDB, PDT, PT, PMN, PSB e decréscimo de partidos como PMDB e o PFL. Com isso, o subsistema estadual passa a se caracterizar desde meados da década de 90 por um alto grau de fracionamento, caracterizando a não existência de grandes partidos predominantes na arena estadual.

No ano de 2000, o Laboratório de Estudos Políticos da UFES (LEP) analisou a conjuntura das eleições municipais e o PSDB se destacou como um partido que apesar do baixo crescimento em nível nacional, no ES ele apresentou

---

<sup>4</sup> SILVA, Marta Z. e ROCHA, Yara C. Formação de Lideranças Locais no Espírito Santo. Relatório de Pesquisa. Novembro, 1993 (mimeo). SILVA, Marta Z. e SOUSA, Maxieni M. "O Poder Legislativo do Espírito Santo: Revisitando algumas interpretações correntes". Relatório de Iniciação Científica, Julho 2003 (mimeo).

números significativos devido aos diversos fatores conjunturais e estruturais, presentes no plano estadual.

Fatores estes que têm a ver com o sistema de crenças, símbolos e valores que definem a situação na qual a ação política ocorre, de um lado, e com a natureza do padrão de relações institucionais que se estabelece entre o Estado e a Sociedade, de outro (Dossiê *Eleições Municipais de 2000*, produzido pelo LEP, p. 01).

Dadas as peculiaridades presentes no sistema partidário local, pretendemos contribuir para a elucidação das práticas recorrentes do PSDB capixaba. Para isso Tarouco (2007) afirma que na Ciência Política já foram utilizadas diversas formas para compreender o sistema partidário brasileiro. Neste estudo, para atender ao objetivo proposto nos ateremos a uma proposta: pesquisas de opinião com as elites partidárias<sup>5</sup>.

### **8.3 - Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e documental. Os documentos analisados foram o *site* dos partidos, estatutos e matérias em jornais sobre o partido. Em seguida, estes dados foram confrontados com os dados extraídos das entrevistas realizadas e interpretados com base na revisão de literatura sobre o tema. As entrevistas em profundidade foram realizadas com **cinco atores políticos do PSDB**. Estes foram selecionados tendo por critério o grau de representatividade, sejam por sua função e papel na história do partido, seja pelo reconhecimento de sua representatividade atribuída por diferentes membros do partido. A definição desse critério teve a finalidade de registrar o depoimento daquelas pessoas autorizadas a falar pela instituição, tendo em vista que nosso objetivo visa extrair o discurso institucional dessas Instituições.

O roteiro de entrevista buscou contemplar a visão dos sujeitos sobre a razão de ser da instituição (características que a especificam em relação aos demais

---

<sup>5</sup> Conforme Tarouco (2007): este procedimento foi utilizado por Power, T. J. Brazilian Politicians and Neoliberalism: Mapping Support for the Cardoso Reforms, 1995-1997. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v.40, n.4, p.51-72. 1998.

partidos, objetivos, políticas e estratégias adotadas a partir de 1995); valores ético-políticos que norteiam a conduta de seus membros e que estejam em sintonia – ou não – com a normatividade democrática (circulação interna de informação, participação dos associados ou das bases sociais na formulação de políticas estratégicas do partido, mecanismos internos de controle e sanção, concepção de corrupção e improbidade administrativa, etc.); e o quadro de instituições que potencialmente poderiam compor uma parceria ou articulação com o partido, para a concretização de determinados fins.

Os dados das entrevistas foram organizados por meio do método de pesquisa qualitativa chamada *Discurso do Sujeito Coletivo* (DSC), uma “... estratégia metodológica para descrever o sentido dos discursos presentes em pesquisas de representação social...” (LEFÈVRE & LEFÈVRE, 2005: 25), conforme explanado na parte introdutória do presente Relatório de Pesquisa.

#### **8.4 – Resultados**

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), como se destacou, é um dos principais partidos brasileiros e no Espírito Santo tem alcançado diversos cargos eletivos, dentre eles, o cargo majoritário de Governador do Estado durante o mandato de José Inácio Ferreira (1999 - 2002). Quando analisado o partido no ES, percebe-se que as principais características são veiculadas e expressas em seu discurso em nível nacional. Deste ponto de vista, os líderes entrevistados afirmaram que o PSDB se caracteriza por ser um partido de centro-esquerda e, neste momento, o partido é aliado do atual governador do Estado: Paulo Hartung (PMDB).

De acordo com a metodologia proposta nesta pesquisa, cinco líderes do PSDB no ES foram entrevistados. Abaixo temos um quadro que aborda o perfil dessas lideranças:

<b>Quadro 02: PSDB - Perfil dos Entrevistados</b>				
	<b>Início da trajetória Política:</b>	<b>Cargos eletivos ocupados</b>	<b>Cargos comissionados</b>	<b>Cargo no partido</b>
Sujeito 01	No MDB	Vereador Cariacica	Secretário da Cidadania em Vitória	Secretário Geral do PSDB/ES
Sujeito 02	Em movimentos populares e participou do PT	-	-	Secretário do Diretório Municipal de Vitória
Sujeito 03	No movimento estudantil	-	Secretário Municipal de Saúde em Vitória	Presidente do Diretório Municipal de Vitória
Sujeito 04	No PCB	-	-	Exerce funções administrativas e estratégicas, na implementação de novos diretórios no interior (Secretário na Serra)
Sujeito 05	No antigo MDB, participou do movimento estudantil e de movimentos populares.	Prefeito de Vitória de 1996 a 2004; Deputado federal de 2006 a 2010.	Secretário estadual de Planejamento e Agricultura (1992-1994); Secretário Municipal Planejamento (1994-1995) em Vitória. Secretário Nacional de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (1995 a 1996)	Presidente Nacional do Instituto Teotônio Vilela.

#### **8.4.1 – Traços identitários**

Como se destacou anteriormente, o PSDB nacional foi fundado em 1988 principalmente com ex integrantes do PMDB. Apesar de o programa do partido, adotado em 2007, afirmar que o partido emergiu “longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas” o que encontramos na história do partido e até mesmo no discurso dos entrevistados é o oposto. O partido nasceu no seio do governo, com grande representatividade. Sob esse ponto de vista, a análise de Celso Roma (2002) é particularmente elucidativa.

O PSDB foi criado por parlamentares em busca de espaço de poder, portanto, a partir de uma ação estratégica pragmática. Sua criação como partido interno ao sistema parlamentar propiciou uma estrutura organizacional fraca, descentralizada, a inexistência de atividades extra-eleitoral e pequena participação dos filiados e a falta de instâncias democráticas de veto às decisões das elites dirigentes. Essa estrutura, por

sua vez, facilitou a aproximação entre o partido e o PFL, principalmente porque o programa de governo de ambos os partidos apresenta uma visão ideológica próxima do liberalismo (ROMA, 2002: 72).

A consequência direta de o partido ter dado seus primeiros passos “longe do pulsar das ruas”, ou seja, sem uma maior inserção nos movimentos populares e nas demais organizações da sociedade civil, que estavam nascendo na época de sua criação, constitui uma de suas principais dificuldades no presente e também um dos elementos que compõem a sua identidade. Porém, verifica-se que com o passar do tempo tal traço é também seu maior desafio, posto que, fora do poder enfraquece, pois não possui a sustentação de uma base forte, já que não se articula com movimentos sociais, sindicatos, organizações religiosas, entre outras.

O discurso coletivo produzido a partir das entrevistas evidencia de forma clara a ênfase das práticas de atuação do PSDB, mostrando principalmente que a forma como o partido nasceu foi crucial para traçar diferenças claras entre o PSDB e o Partido dos Trabalhadores (PT). O discurso que se segue demonstra claramente esta conduta.

Cada partido tem sua linha pragmática e ideológica. No PSDB é a social-democracia. O que diferencia o PSDB dos demais partidos é essa vertente social- democrata, [que está] trabalhando a questão democrática, participação democrática. Porque o PSDB não tem inserção no movimento social, movimento sindical, não tem. A diferença do PT e do PSDB é isso: ele não começou nas lutas populares, nos movimentos populares, igual o PT. O PT tem raiz. Mas, a linha do PSDB é a social democracia. PSDB é composto em sua maioria de técnicos, intelectuais, que fazem política o tempo todo. E agregando composições na área econômica, na área social, né? Então, essa é a linha do PSDB: ele não está inserido no movimento sindical. Porque, na verdade, se torna um problema para o PSDB, porque ele é um partido que não tem base popular, esse é um dos males do PSDB. Um partido que não é da base, ele não se sustenta. O PSDB na verdade já começou grande, com dois meses já tinha prefeito, governador, senador; com 3, 4 anos já tinha presidente da república. Quando começa grande é complicado porque depois que perde o poder, como é que você vai trabalhar o partido, sem poder? Primeiro você tem que ter base, para

depois ter poder. Aí, enraíza o partido no movimento social, no movimento religioso, nos movimentos populares (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

No âmbito estadual, o partido reforça os principais traços identitários veiculados e expressos em seu discurso em nível nacional. Deste ponto de vista, os líderes entrevistados afirmaram que o PSDB se caracteriza por ser um partido de centro-esquerda, e que atualmente se posiciona como oposição ao governo estabelecido, no plano nacional.

O PSDB é o seguinte: a gente tem o jeito tucano de governar. Por exemplo, quando o PSDB chega ao poder seja nos municípios, nos estados, ele procura combinar essas boas técnicas da administração privada – equilíbrio orçamentário, austeridade fiscal, economizar dinheiro público, modernidade gerencial – com informatização, participação popular, planejamento estratégico, luta contra o improviso, luta contra a desorganização, o desperdício que ocorre nas gestões pouco profissionalizadas. As melhores propostas de administração pública no Brasil são do PSDB. Na medida em que as pessoas vão sendo incluídas no programa, vai sendo desnecessário o auxílio do governo. Quando não estamos no governo, temos uma oposição propositiva, não é oposição por oposição, diferente de outros partidos. É um partido muito propositivo, não sabe ser oposição dentro dos moldes que o Brasil entende de fechar tudo, de emperrar votações sistematicamente, de ser contra por ser contra. Se você pegar a história, que todo o PSDB era governo e o PT era oposição. E é oposição ferrenha, descabida, desleal, desrespeitosa. O objetivo do PSDB não é esse, e sim fazer oposição propositiva. Claro que é um partido com virtudes e defeitos, mas o que o PSDB tem de melhor é a visão propositiva na administração pública, em regras de moralização da administração pública (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

O partido entende que na oposição ele deve *atuar como um elemento crítico*, apostando que a análise dos fatos e o diálogo podem gerar uma administração pública eficaz. Um traço predominante no discurso dos líderes entrevistados é a ênfase no tema do primar pela eficiência na administração pública.

#### **8.4.2 – Trajetória do PSDB no Espírito Santo**

A trajetória do PSDB no Espírito Santo (ES), em relação às características e à organização do partido, é centrada nas diretrizes nacionais, como já foi demonstrado. Em relação à contribuição do partido para a constituição e formação de governos, vimos que desde a sua fundação no ES o partido já ocupou, entre outros cargos executivos e legislativos, a prefeitura da capital (Vitória) por três mandatos e elegeu em 1998 um Governador no Estado.

Ao longo dos anos, enquanto o partido estava no poder no âmbito nacional, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), por dois mandatos, o PSDB possuía uma boa estrutura e se mantinha forte. Ao analisarmos os documentos desse período, encontramos como já mencionado, um dossiê que mostra o contexto das eleições de 2000 no Espírito Santo. Este demonstra que, apesar do partido ter perdido, no âmbito nacional, espaço nas prefeituras devido a pouca popularidade de Fernando Henrique Cardoso, no ES esse fator não contribuiu para afetar as eleições, devido aos diversos fatores conjunturais e estruturais, presentes no plano estadual:

As eleições de 2000 no Espírito Santo diferiram marcadamente daquela que se travou em nível nacional, seja no que toca aos comportamentos assumidos pelos partidos, seja no modo como o eleitorado se posicionou frente às questões colocadas na agenda pública pelos respectivos representantes. Esta é a principal conclusão que pode ser tirada da análise dos resultados do pleito do ano passado. Os dados mostram que o comportamento eleitoral aqui seguiu tendência inversa àquela observada no resto do país. A explicação para esta diferença pode ser atribuída a diversos fatores conjunturais e estruturais que moldam a *cultura política* e o cenário *político institucional* no plano estadual. Fatores estes que têm a ver com o sistema de crenças, símbolos e valores que definem a situação na qual a ação política ocorre, de um lado, e com a natureza do padrão de relações institucionais que se estabelece entre o Estado e a Sociedade, de outro (Dossiê Eleições Municipais de 2000. Produção do Laboratório de Estudos Políticos da UFES, p. 01).



Nesse contexto, ocorreu um racha interno entre as chamadas “ala jovem”<sup>6</sup> versus “ala antiga”<sup>7</sup>, esta última caracterizada por práticas coronelistas e aquela, pela ligação com o movimento estudantil. Este racha teve início durante as prévias para a eleição para o governo em 1998, onde houve uma grande disputa interna entre esses dois grupos dentro do partido, como é percebido na fala de um entrevistado:

“(...) em 1998 íamos ter eleição para governador. E houve uma disputa dentro do PSDB para quem seria o candidato, seria o Zé Ignácio ou Paulo Hartung. O Zé Ignácio ganhou essa convenção, ele era também preferido do PMDB, que na época pontificava o senador Camata como principal liderança e também o PFL que pontificava o Élcio Álvares. O então governador Vitor Buaiz e a máquina do governo também preferiam o José Ignácio, e essas forças externas contribuíram para que o José Inácio saísse vitorioso da convenção” (Entrevista n° 5, realizada em dezembro de 2008).

A “ala antiga”, liderada por José Ignácio, ganhou as prévias no partido e venceu as urnas no Espírito Santo, porém, este governo foi marcado por muita corrupção e desvio de verbas, o que culminou em uma grave crise de governo. Essa crise veio a público com a instauração de uma CPI que atingia diretamente José Ignácio, a *CPI da Propina*, que se tornou o grande foco de desgaste político do governo. Naquele momento, o PSDB sofreu uma reconfiguração interna: o partido que antes era marcado por disputas internas claras, acabou por se remodelar formando um grupo mais homogêneo, graças a intervenção ocorrida na época pelo diretório nacional, que expulsou do partido o antigo grupo capitaneado pelo governador José Ignácio, como vemos no discurso abaixo:

---

<sup>6</sup> Ligado ao grupo de Paulo Hartung.

<sup>7</sup> Ligado ao grupo de José Ignácio Ferreira.

“Então, o PSDB ficou com duas alas, a ala do governador José Ignácio e outra ala do senador Paulo Hartung e do prefeito de Vitória; (...) rapidamente ficou muito claro que o governo José Ignácio seria um governo problemático, do ponto de vista ético mesmo, muitas denúncias de corrupção explodindo e isso, o PSDB passou por um momento de grande tensão e de luta interna (...), o governador Paulo Hartung saiu nesse momento do PSDB, e vários outros (...). E acabamos conseguindo fazer uma intervenção no partido a nível estadual e afastar o grupo do governador, quando a direção nacional concordou com a nossa tese de que o governo não honrava os valores éticos do PSDB. A partir dessa intervenção, que foi feita em 2001, o nosso grupo assumiu o controle do partido, no estado todo começou um processo de reestruturação e os políticos mais ligados ao governador José Ignácio saíram também do PSDB” (Entrevista n° 5, realizada em dezembro de 2008).

Como se depreende do depoimento acima, na época, o Paulo Hartung era do PSDB e foi para outro partido. Porém, devido ao desastre desse governo, e conseqüentemente da “ala antiga”, quem ganhará voz dentro do PSDB será a “ala jovem”, proveniente do movimento estudantil, capitaneada na época por Luiz Paulo Vellozo Lucas, o qual até o presente ainda é o político de maior destaque dentro do diretório capixaba. Neste contexto, podemos entender hoje a ligação do partido com o atual Governador Paulo Hartung e como se deram as disputas internas até o partido tornar-se visivelmente mais homogêneo.

Portanto, pode-se concluir que uma característica presente hoje do PSDB/ES é estar alinhado aos interesses da direção nacional e, sobretudo, compor a coalizão de forças de apoio ao Governo de Paulo Hartung (2003-2010), como se percebe no discurso coletivo abaixo:

O PSDB é aliado do Paulo Hartung há 20 anos, que é fundador do partido. Ele foi senador pelo PSDB. Paulo Hartung foi diretor do BNDES colocado pelo partido, foi vice presidente nacional do PSDB, depois resolveu sair do partido. Saiu, aí a gente respeita, só que nós continuamos aliados dele. O governo do estado hoje é um governo que tem vários setores que apoiamos. Agora, o partido mais presente no governo Paulo Hartung é o PSDB: a gente tem seis secretarias, importantes membros da equipe de

governo são do PSDB. Nós temos participação no sucesso do governo; nos dois governos, temos uma participação grande. Temos orgulho do sucesso do governo e estamos nos organizando para que em 2010 possamos apresentar para o ES um projeto de continuidade dessa administração Paulo Hartung (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

#### **8.4.3 – Redes e Poder**

Os partidos políticos, independentemente de sua origem, buscam atuar em determinados espaços, a fim de construir redes de articulação, objetivos, políticas e estratégias de atuação. Aqui, nos propomos a investigar o comportamento do PSDB no *espaço público*, com base em seu discurso coletivo.

Por *espaço público* entendemos um mecanismo eficaz para a implementação efetiva da participação, já que estes são arenas definidas como instâncias deliberativas que reconhecem e dão voz a novos atores e temas heterogêneos, dando luz à pluralidade social e política. Ademais, tais arenas ampliam a esfera política, abrindo oportunidades de inovação e permitindo novos tipos de relação entre sociedade civil, sociedade política e Estado (DAGNINO, OLVERA & PANFICHI, 2006).

De acordo com o estatuto do PSDB de 2007, os principais objetivos que o partido leva para o espaço público são aqueles vinculados à consolidação dos direitos individuais e ao combate à desigualdade social. Entretanto, ao analisar as entrevistas dos líderes capixabas percebemos um discurso diferenciado, no qual é reforçada a manutenção de objetivos vinculados à disputa político-eleitoral, no sentido da conquista de cargos eletivos para, a partir daí, alcançar os objetivos e metas partidárias defendidos pelo partido. O discurso coletivo produzido a partir das entrevistas evidencia de forma clara a utilização de recursos institucionais para viabilizar estratégias.

Para que você coloque em prática as linhas mestras do partido, você tem que estar no governo. Você estando no governo, você vai tentar implementar as linhas mestras do partido, que é aquilo que está no programa do partido. No momento em que você está na oposição, você tem a responsabilidade de fiscalizar, de apresentar propostas e fazer uma oposição construtiva (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

Observa-se o reforço ao caráter elitista e a ênfase predominante nas estratégias eleitorais como forma de viabilizar seus objetivos, destacando que o espaço para por em prática os objetivos do partido se restringe em alcançar cargos no poder público. Percebe-se que no PSDB a idéia de participação social é vista como um processo de escolha de lideranças pela população a partir de propostas apresentadas à sociedade civil pelo partido. Por isso, a necessidade recorrente de atrair novas lideranças com vistas a fortalecê-lo. Dessa forma, vemos que o partido busca como estratégia se articular com diversas áreas da sociedade civil organizada, desde sindicatos a movimentos sociais. O discurso que segue evidencia esta prática.

[E para aumentar o número de filiados temos a mesma estratégia, que é:] cada município tem sua autonomia para formular suas políticas locais. [A estratégia do PSDB] é buscar se inserir no seu bairro é o primeiro passo: você mora lá, então, você sabe o dia a dia, procura um amigo, um vizinho. Então, busca se inserir dentro do movimento local, se envolver nas mais diversas áreas da sociedade organizada: sindicatos, associação de moradores, entidades de classe [e] devagarzinho, começar a trabalhar, aqui e ali e se inserir nos movimentos sociais para poder ter um pouco mais de influência na questão local e reconquistar os espaços que perdeu lá atrás. Agora mesmo, [no município da Serra] que lançou nessa eleição de 2008 com oito candidatos, numa coligação lá com mais três partidos e elegemos um na coligação. [As estratégias para ganhar uma eleição são feitas a partir de] um bom diálogo com a população. Quem vota é o povo, o povo é que tem que entender a nossa mensagem. Então, o PSDB quer estar sempre do lado do povo, ele está sempre do lado da população. E passar para a população essa mensagem de transformação e a gente espera que a população entenda, faça uma reflexão e entenda essa mensagem de mudança, de transformação, e que vote nos nossos

candidatos. Assim é que a gente vai conseguir nos eleger e naturalmente, eleitos, fazer as transformações que o Brasil precisa (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

Uma característica dos partidos políticos, em geral, é, além de buscar lideranças consagradas na sociedade, como já foi mostrado, formar lideranças, já que nada melhor que cultivar a força da juventude no ambiente partidário. Para isso o PSDB investe em cursos de capacitação política e possui o Instituto Teotônio Vilela, que auxilia o partido a mobilizar diferentes segmentos da sociedade. Além da busca por lideranças políticas nas organizações da sociedade civil para fortalecer os quadros do partido, uma estratégia adotada é prestar alguma assistência aos membros do partido que possuem cargos eletivos, principalmente cargos no executivo, já que incentivando esses líderes a se candidatarem para cargos a deputado federal e estadual, os líderes se mobilizam para as eleições e como conseqüência, o partido cresce. Um bom exemplo são as estratégias de motivação, adotadas para as eleições em 2010, presente no discurso:

O que nós vamos fazer para chegar lá? Nós vamos fortalecer a base do partido, fortalecer todas as prefeituras, todos os prefeitos que foram eleitos pelo partido para a gente dar sustentação para 2010. Aí, em 2010 nós temos eleição para governador, para presidente da República. É trabalhar as lideranças, para conseguir candidato a deputado federal, deputado estadual, esse é o nosso objetivo (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

Neste sentido, o partido apresenta como principal estratégia de articulação política nos municípios o exercício do poder executivo local, já que dessa forma o partido se fortalece, tornando possível viabilizar suas futuras candidaturas, e quando não é possível alcançar os cargos executivos no município, o partido lança mão de outras estratégias, como as que já foram mencionadas: capacitação e formação de lideranças políticas e inserção nos movimentos e organizações da sociedade. Neste sentido, busca criar e desenvolver redes plurais de atuação.

Um dos objetivos propostos em nossa pesquisa foi verificar quais foram os principais desafios do PSDB, tendo o ano de 1995, como marco de referência. Foram investigados quais foram os **obstáculos e dificuldades** do partido para colocar em prática seus objetivos e estratégias a partir dessa data, entre os quais os entrevistados apontaram a dificuldade de maior inserção nas camadas populares da sociedade.

Hoje, a maior dificuldade do PSDB, a gente tem isso claro, a gente não mascara isso, a dificuldade é a inserção nas camadas mais populares. Com a prática política que está a nossa maior dificuldade é superável? É superável. É voltar a se inserir e participar dos movimentos sociais (DSC: entrevistas realizadas entre setembro e novembro de 2008).

Como conseqüência, houve baixo crescimento do partido enquanto oposição nacional durante o mandato do atual presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2010). O discurso a seguir aponta que essas dificuldades são fruto das peculiaridades da política brasileira, mas como já foi analisado. A própria forma com que o partido foi conduzido desde a sua formação o levou a apresentar como principais desafios: dificuldades no campo da representação política e dificuldades políticas na relação com a sociedade. O discurso que segue é elucidativo:

[A dificuldade maior para o crescimento do PSDB no ES] Primeiro hoje é não estar no governo federal. Uma característica dos partidos, quando estão no governo, eles crescem muito. O PSDB cresceu muito quando era governo federal e deu uma diminuída significativa quando saiu do governo. Isso é uma característica da política brasileira, até porque ainda é pequena a parcela da população que tem uma visão ideológica da política. A população ainda vota nas pessoas. É muito estranho a gente estar insistentemente explicando essa questão da legenda, que o povo ainda não consegue entender, que o voto é dado ao partido pela legislação. Mas, o eleitor brasileiro ainda vota nas pessoas, não estão acostumados a votar em projetos ideológicos, em programas de governo, programas de partido. Culturalmente ainda é assim, por isso, quando se está no poder, o partido cresce. O PSDB tem tido dificuldades na oposição, porque a política brasileira é uma política da adesão: dada a mudança de poder, uma boa parte dos políticos querem ficar do lado do poder. Então, o que aconteceu,

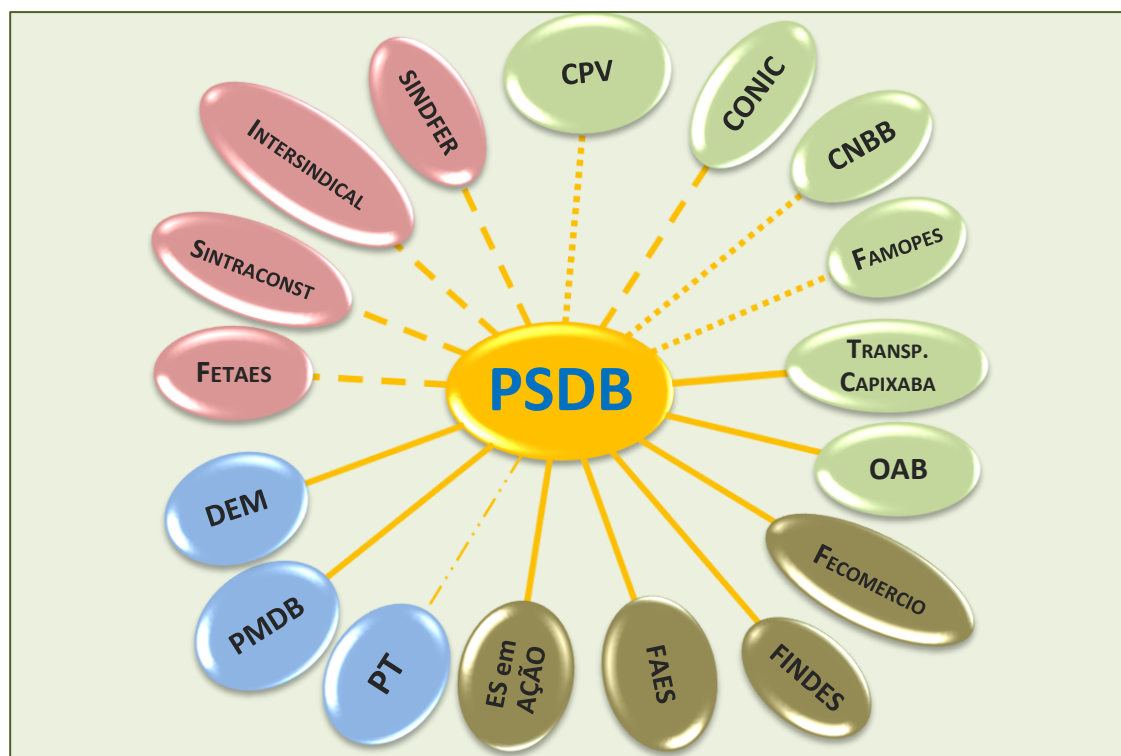
o PSDB perdeu líderes correligionários, muita gente saiu do partido, que perdeu muito espaço, até por culpa nossa mesmo. Então, a maior dificuldade nossa é nos inserir nesse processo. É isso que a gente está buscando agora (DSC: entrevistas realizadas entre setembro e novembro de 2008).

Percebe-se, que em termos de objetivos e metas traçadas tendo como base o estado do Espírito Santo, para o PSDB a prioridade é a conquista do maior número possível de cargos eletivos, a inserção nos movimentos sociais da sociedade capixaba e a capacitação de lideranças. O que demonstra que o partido se encaixa na definição de *partido de quadros* feita por Duverger (1970), quando a conquista de cargos eletivos é vital para a sua saúde intrapartidária.

#### **8.4.3.1 – Coalizões**

Com o objetivo de identificar com que tipo de organização civil ou partidária o PSDB-ES busca apoio ou aliança para formação de governos e sustentação para implementação de políticas públicas, selecionamos 18 organizações de considerável expressão política, entre partidos, movimentos sociais, ONGs, instituições religiosas, federações e sindicatos no Espírito Santo, para submeter à análise de nossos entrevistados.

As organizações com maior potencial de parceria ou aliança política com PSDB, segundo percebido no discurso coletivo, são: CPV, Transparência Capixaba, ES em Ação, Federação do Comércio, OAB, Findes, Democratas e PMDB. Já aquelas diante das quais o partido manifestou alguma restrição temos: Faes, Famopes e CNBB. As instituições que inspiraram baixo interesse do partido para a construção de coalizões políticas foram: CONIC, Fetaes, Sindicato da Construção Civil, Sindicato dos Portuários e o Sindicato dos Ferroviários. E a instituição em que houve aversão a uma coalizão política foi o Partido dos Trabalhadores, conforme mostra o Gráfico 07:



**Gráfico 06 – PT versus Instituições/Organizações segundo o grau de articulação possível de ser estabelecido**

**LEGENDA**

- MUITO PROVÁVEL** —————
- PROVÁVEL** ..... (pontilhada)
- POUCO PROVÁVEL** - - - - - (tracejada)
- IMPROVÁVEL** - · - · - · (traço e ponto)

Ao analisar esses dados, observa-se que o PSDB no ES está alinhado com organizações da sociedade civil ligadas ao poder empresarial, como a FINDES, ES em Ação, Federação do Comércio. E no cenário político faz coligações, principalmente com os partidos: PMDB e DEM. No entanto, com relação aos movimentos ligados à classe trabalhadora, como os sindicatos e as federações trabalhistas, percebe-se certa resistência para fazer parcerias. Mas, o partido busca se aproximar dos movimentos populares, um destaque neste caso é o Conselho Popular de Vitória (CPV). Contudo, durante a pesquisa observou-se que a aproximação com esse conselho se dá muito mais através de um líder dentro do CPV, filiado ao partido, do que por um grupo de pessoas identificadas e ligadas ao PSDB.



Outro objetivo de nosso trabalho é identificar as lideranças que se destacam enquanto porta-vozes do partido no governo. Os entrevistados, quando perguntados a respeito de quem são esses agentes, afirmaram os seguintes nomes:

O presidente do partido, Ricardo Santos. Os membros do partido que estão como secretários: Zé Teófilo, na fazenda; Guilherme Dias, no planejamento; Ricardo de Oliveira, na Administração; César Colnago, na agricultura; Willian Galvão, numa área importante do governo na área da administração – o DETRAN; Luciano Decasissi; Paulo Ruy, que já foi da Cesan e hoje é secretário de saneamento; e o deputado Marcelo Coelho, que é de Aracruz (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

Diante disso, destacamos a ligação do PSDB com o atual Governo, por meio de importantes secretarias assumidas por seus quadros. Portanto, apesar de não figurar no cenário político estadual como partido aliado ao governo estadual, é um ator que compõe a base de sustentação do governo, caracterizando-se como partido de *situação* na atual gestão do poder executivo (2007-2010).

#### **8.4.4 – Princípios que pautam as práticas e a conduta dos membros da instituição**

Buscou-se investigar também o quão democráticas são as práticas das organizações pesquisadas, o que equivale a indagar a respeito dos princípios que regem as práticas do partido aqui analisado. O PSDB dispõe de um conselho de ética que, com base nos princípios e valores, analisa a conduta dos filiados, conforme percebemos no texto a seguir extraído do estatuto do partido.

Art. 53. As Convenções Nacional, Estaduais, Municipais e Zonais elegerão, dentre os filiados, um Conselho de Ética e Disciplina, ao qual competirá, no âmbito de sua jurisdição, apurar as infrações e violações à disciplina, à ética, à fidelidade e aos deveres partidários, emitindo parecer para decisão do Diretório correspondente (PSDB: 2007).

Entretanto, dados extraídos de um artigo publicado por Celso Roma, em 2002, trouxe informações relevantes a respeito das condutas dos membros do

partido em relação à disciplina partidária. Verifica-se que mesmo o partido possuindo um conselho de ética, este não conduz de forma efetiva os membros do partido.

(...) com relação ao controle do comportamento do parlamentar no plenário, não há nenhum registro de punição dos deputados federais que, durante os últimos dez anos, votaram em desacordo com a orientação do líder do partido no parlamento, contrariando, assim, o código de disciplina partidária. Na primeira gestão de Fernando Henrique, a taxa de indisciplina dos deputados federais do PSDB atingiu cerca de 8%, mesmo em votações com quorum qualificado em que tinha que contar com o apoio de todos os seus filiados. Essa taxa de indisciplina, apesar de ser numericamente pequena, resultou em derrota para o governo em matérias importantes, com destaque para a votação da reforma da previdência social (ROMA, 2002: 80).

Os entrevistados, quando indagados a respeito dos mecanismos de vigilância e punição, entraram em contradição no momento em que afirmam que o partido possui um código de ética. Este mecanismo, apesar de estar previsto para ser efetivado no estatuto, na prática ele ainda não tem funcionado nos diretórios.

Nós temos uma comissão de ética. A comissão de ética funciona: nós analisamos todas as atitudes dos nossos filiados, dos nossos políticos. Elas passam pelo crivo da comissão de ética. [Temos] o nosso código de ética, que sempre [se] coloca que o gestor público, o partidário tem que preservar a questão da transparência, da improbidade, que é para você poder associar o seu discurso a sua prática. Então, ter muito cuidado com essa coisa da ética. E, principalmente, no que se refere à questão pública, ao dinheiro público. [Além disso, o] conselho de ética é para orientar, não só para punir alguém, mas para orientar os seus filiados, os seus diretórios, os seus parlamentares, os prefeitos. Tanto as municipais e regionais tem um conselho de ética. Todo mundo que fere esse código de ética é submetido ao conselho (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

Apesar de não possuir mecanismos eficazes para a fiscalização de seus membros, o discurso coletivo aponta o que considera como falta grave: não atentar para a linha de atuação do partido e não possuir uma conduta ética. Dessa forma, as faltas graves seriam punidas com a expulsão do membro, mas, o fato de existir critérios formais para desfiliação, isso não significa que isso ocorra efetivamente dentro da instituição. Em relação ao processo de adesão de novos membros, para os entrevistados, é bem simples entrar nos quadros do partido, já que tanto para filiação quanto para desfiliação basta o cidadão preencher o que propõe a lei eleitoral, sendo que a preferência é dada para as pessoas que possuem uma vida pública ilibada, tendo em vista que um membro com um “histórico negativo” prejudicará diretamente a imagem do partido ante o eleitorado.

[Para uma pessoa se filiar ao partido] Primeiro que o processo de filiação partidária é uma coisa muito particular, muito pessoal, a gente procura as pessoas que sabe que tem uma certa relação com o partido, alguma afinidade e que tenha também interesse, e se identifica com a ideologia social-democrática. Não tem nenhuma restrição, a não ser se for uma pessoa com ficha suja, aí o partido não aceita não, e o conselho de ética vai analisar. [Os requisitos para se filiar ao partido são] ser eleitor e querer participar da política e não ter nada que desabone, porque se tiver alguma coisa que desabone, o PSDB tem o direito de vetar aquela filiação. Se a pessoa tem um histórico negativo do ponto de vista pessoal, partidário não é interessante admitir. Então, a pessoa tem que ter o mínimo de condições de se expor como partidário, até porque ao se filiar ao partido, tem que vir a se apresentar como tal. E isso também expõe a legenda, expõe o partido. Então, tem que ter essa coisa muito clara (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

Como já foi descrito, o partido possui como estratégia recrutar lideranças que atuem na sociedade civil organizada. Essa prática é também demonstrada por Roma (2002), quando, ao analisar a organização do partido, percebe que esta situação é um fator negativo para o PSDB, já que “o tipo de filiação ao partido revela uma estrutura pragmática, na qual não há a preponderância de

carreiras políticas internas, mas formas de atração de lideranças que já tenham algum cargo eletivo” (ROMA, 2002: 80).

Além de analisar como se processa a conduta dos membros na organização, foi investigado, aqui, **o grau de participação das bases**, para mensurar quão democrático é o PSDB. Neste aspecto, percebe-se que a *instituição oferece condições mínimas para participação de seus filiados*. Essa participação se restringe a reuniões nos diretórios municipais e os membros se mantêm informados através de informativos, site e *e-mails*. Como mostra o discurso coletivo a seguir:

Os diretórios municipais escolhem representantes para o estadual. Esses votam para o regional. A base tem que participar no diretório municipal. Então, qual é a dificuldade? Isso não é remunerado. Uns diretórios municipais funcionam mais efetivamente que outros; tem núcleo da mulher, sindical, negro. [No PSDB as informações circulam através da] internet, tem informativo, diário tucano, através de artigos nos jornais, publicações; elementos do PSDB que têm mais facilidade escrevem artigos para poder passar essa mensagem do partido para a grande mídia, e com isso chegar na população, e tem uma série de mecanismos que a gente alimenta a base de informações. O PSDB tem um site e essas informações são colocadas no site do partido e esse site está livre e liberado para que todos possam utilizar e pegar essas informações. Além do site a gente manda comunicações: mala direta, a respeito do que está sendo discutido, mas aí, é na regional né? Na municipal a discussão é mais interna no município, quando é na regional, tem essa determinação da regional, e essas determinações são distribuídas para todos os diretórios municipais. No diretório municipal, a gente faz reunião semanal, toda semana nós temos uma reunião do partido e temos, também, reuniões setoriais dentro do partido. Por exemplo, o PSDB mulher, o PSDB jovem, então esses segmentos também fazem reuniões isoladas. Enfim, a gente mantém esse contato, através de e-mails, reuniões partidárias e tal, reuniões locais, nas comunidades (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

O baixo grau de participação dentro do partido em nível local também foi constatado por Roma (2002), ficando evidente dessa forma, o controle dos

principais líderes nas tomadas de decisão dentro do partido em todas as instâncias.

Quanto à participação democrática dos filiados, também foi possível constatar sua inexistência, uma vez que as reuniões e as demais atividades do PSDB se realizam apenas em períodos próximos às eleições. O primeiro congresso em âmbito nacional, com representação de todos os diretórios estaduais, ocorreu somente em 1998. Além disso, a participação de militantes foi inexpressiva em todos esses eventos. Conseqüentemente, a tomada de decisão no interior do partido coube somente às suas lideranças, detentoras de cargos governamentais (ROMA, 2002: 80).

Outra forma de perceber a participação dentro do partido é quando se toma conhecimento de quais são os assuntos freqüentes nas reuniões da executiva do partido, e quais as demandas que são levadas para a base do partido. Com essas informações reforçamos a idéia de que as principais decisões são tomadas pela executiva do partido, como é demonstrado no discurso dos entrevistados, onde vimos que onde existe o espaço para a base participar, no diretórios municipais, são tratados diversos assuntos, mas as decisões, quem realmente as toma é a executiva do partido. O discurso coletivo que se segue mostra de forma clara essa conduta, na qual *os possíveis beneficiários da instituição participam pouco do processo de tomada de decisões.*

[Os assuntos que são tratados pela executiva do partido] são os caminhos que o partido vai tomar os objetivos, por exemplo, curso de informação para a base. Na verdade, a executiva é a parte administrativa do partido. Nós não temos assuntos específicos, nós temos uma pauta, que é uma pauta da reunião, nós temos assuntos gerais. Por exemplo, você vai discutir calendário eleitoral, tem que discutir candidaturas, estratégias, o que o partido entende. Então, problema administrativo do partido, parte financeira, isso tudo é discutido numa pauta e tem os assuntos gerais, onde se discute tudo, todos têm voz, todos são ouvidos, as discussões são amplas, a discussão é uma atuação democrática, para que as pessoas possam participar de maneira efetiva. [Já os assuntos tratados no diretório municipal são os relacionados à] questão local, economia, fala sobre petróleo, fala sobre a crise. A questão da educação, da saúde, segurança.

[A base discute] assuntos locais, qual é a orientação que nós temos que passar para os nossos vereadores, qual a linha de conduta que os vereadores devem ter na câmara municipal, se é de oposição ou se é de situação, quais são as estratégias para a gente chegar nesse eleitor, a formação de opinião. Mas, aí você tem outros núcleos: Núcleo da mulher que não são do diretório, mas participam e você vê o núcleo da mulher que convida pessoas que mesmo que não sejam do diretório para compor esses grupos de interesse e aí as sugestões vão para o regional, nacional. A diretoria discute os assuntos que são discutidos no dia a dia: saúde, segurança, meio ambiente, alguns problemas que podem ocorrer no municipal e questões que envolvem o estado inteiro, que é um projeto que a gente tem que estar vivendo constantemente e daí você conquistando o espaço no poder público (DSC: entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

Para a compreensão de quão democráticas são as instituições pesquisadas é necessário, ademais, entender como o PSDB define a concepção de corrupção e improbidade administrativa, e como essas duas questões são tratadas dentro do partido. A primeira foi analisada tomando por base que a corrupção é um fenômeno social complexo e de múltiplas facetas que pode ser privada ou pública. Para os líderes entrevistados, o conceito *abrange tanto o âmbito público quanto o privado*. Entretanto, o discurso do partido está visivelmente mais focado para a corrupção burocrática e política.

Corrupção? Bom, você tem várias maneiras de fazer corrupção, nós achamos que todo ato que foge da lei e foge da regra, é um ato corrupto, pode ser na hora de nomear parente para governo, que é o corporativismo, na hora de você superfaturar obras, na hora de você tirar benefícios de situações de governo, então têm "n" práticas de corrupção (DSC: entrevistas realizadas entre setembro e novembro de 2008).

Portanto, se percebe o discurso do PSDB praticamente alinhado com as condutas que são apreciadas pelo que rege o caráter ético em uma instituição. Entretanto, quando analisamos os documentos do partido não encontramos um código de ética que rege a conduta dos membros do partido, como já foi analisado aqui. Assim, para os líderes entrevistados *o conceito de corrupção*

*está mais relacionado com o âmbito público* e os membros que exercerem essa prática seriam punidos, pelo desvio de conduta.

A segunda questão analisada foi a concepção do partido em relação a improbidade administrativa<sup>8</sup>. Durante as entrevistas buscou-se apurar como o partido reagiria no caso de malversação dos recursos partidários, e vimos no discurso dos entrevistados, a existência de mecanismos de transparência e regularidade na prestação de contas, apesar de na prática, como já foi sinalizado o partido não possui nenhum código de ética que conduza a ação de seus filiados.

Qualquer ação de improbidade [administrativa] dentro do partido [o membro] é afastado. A questão financeira do partido tem um controle rigoroso pelo tribunal de contas da união. Por qualquer motivo as contas são rejeitadas. O partido recebe do fundo partidário, os partidos pequenos entram para receber do fundo partidário qualquer dificuldade na prestação de contas ele não recebe do fundo partidário a minha preocupação é que um bom contador faz ser aprovada mesmo que houver corrupção, ou alguma coisa assim. Na época de José Inácio o partido ficou 3 anos sem receber nada do fundo partidário, por malversação dos recursos. Teve que fazer gestão junto ao tribunal eleitoral e resolver as contas, agora tá tudo em dia (DSC: entrevistas realizadas entre setembro e novembro de 2008).

Como se pode perceber no discurso dos entrevistados, houve um período em que os recursos do partido não foram administrados com o rigor ético, e o partido ficou sem receber recursos do fundo partidário, momento que coincide com a crise no governo José Inácio, como já foi mostrado aqui, um momento particular na história do PSDB no Espírito Santo. Portanto, podemos entender que a principal preocupação do partido em gerir bem seus recursos é para não deixar de receber os recursos do fundo partidário. Entretanto, os mecanismos de fiscalização e controle ainda são precários.

---

<sup>8</sup> A definição da expressão improbidade administrativa foi criada para especificar aquela conduta antiética que fere ou se distancia dos padrões morais admitidos por um código de conduta. Assim, conduta ímproba e conduta antiética são sinônimas. A expressão improbidade administrativa, em geral, é empregada para definir toda e qualquer violação ética no trato da “coisa pública”.

Durante as entrevistas verifica-se, também, a centralidade para o partido de uma conduta ética adequada, mesmo no que tange à fiscalização, o que fica claro quando analisamos a seguinte expressão, extraída de um entrevistado:

[Se houver um problema na malversação dos recursos do partido] se comunica ao conselho de ética e tal lá e tem lá as discussões internas dos procedimentos e tal. E normalmente acaba em expulsão. [Mas] isso nem acontece, a direção não deixa. O partido tem direção. A vigilância é constante (DSC: Entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2008).

### **8.5 – Considerações Finais**

No decorrer da pesquisa foi constatada a relevância dos partidos políticos estarem bem organizados e articulados com o Estado e as diversas organizações da sociedade civil, para o fortalecimento do sistema partidário no Brasil. Percebemos que esses dois fatores são almejados pelo partido aqui analisado, porém, vimos que não existem mecanismos eficazes para manter essa conduta.

No PSDB-ES, encontram-se características que resultam no pouco grau de contribuição à construção de um sistema partidário fortalecido. Percebe-se o reforço e manutenção de objetivos vinculados à disputa político-eleitoral, no sentido da conquista de cargos eletivos, para, a partir daí, alcançar os objetivos e metas partidárias defendidos. Observamos em graus variados de intensidade o reforço ao caráter elitista e a ênfase predominante nas estratégias eleitorais como forma de viabilizar seus objetivos.

As características mencionadas contribuem para o entendimento das alianças prioritárias do PSDB, que se alia com instituições ligadas especialmente ao poder empresarial. E na atual gestão do poder executivo estadual, ele é *situação*, o que é reforçado pela *ligação histórica* que o atual Governador do Estado possui com o partido.

Ademais, verifica-se um partido que se alinha com a direção nacional, e vimos que a idéia de participação social é percebida como um processo de escolha



de lideranças pela população a partir de propostas de governo apresentadas à sociedade civil, por isso, a necessidade, tão recorrente, de atrair novas lideranças com vistas a fortalecer o partido.

De certa forma este foco de atuação, marcado pela tradição do sistema partidário brasileiro, que enfatiza muito mais os processos de mobilização eleitoral do que o processo mesmo de formação de quadros e de articulação de debates sobre os temas relevantes presentes na esfera pública da sociedade civil, buscando dessa forma maiores níveis de identificação do partido com a sociedade.

Em relação ao último aspecto enfatizado verificamos na literatura que Kinzo (2005) destaca a dificuldade dos partidos brasileiros em criar uma base permanente de eleitores que se identifiquem com a ideologia do partido, o que significa que os achados de nossa pesquisa corroboram esses argumentos. Senão, vejamos como a autora se expressa:

No Brasil, o restabelecimento do governo civil em 1985 foi acompanhado da emergência de um sistema multipartidário, cujos componentes principais continuam os mesmos, (...) poder-se-ia esperar que os principais partidos tivessem construído sua imagem de modo a criar uma base de apoio nas eleições. Se isso tivesse ocorrido, os altos níveis de volatilidade eleitoral, presentes nos primeiros anos de vigência do novo regime, tenderiam a declinar significativamente, uma vez que a competição se estabilizaria em torno dos principais competidores. Poder-se-ia também esperar um crescimento nos níveis de identificação partidária, pois, como sugerido por Downs (1957), os eleitores tendem a fazer uso dos partidos como um atalho para reduzir o custo da decisão eleitoral, o que se torna mais premente em contextos multipartidários como o brasileiro. É evidente que este raciocínio depende de como as elites políticas definem suas estratégias para dar visibilidade e tornar os partidos entes distinguíveis. Parece-nos, no entanto, que, no Brasil, o tipo de estratégia utilizada pelas elites para lidar com o complexo conjunto de regras que regulam as eleições tem conduzido a um padrão diferente (KINZO, 2005: 66).

Os dados acima descritos nos apontam que os interesses expressos pelo PSDB capixaba, combinam com o conceito, que vem sendo difundido na literatura, de que os partidos políticos são grupos que buscam cotas de

poder<sup>9</sup>. Foi demonstrado que o PSDB-ES procura alcançar o poder através de cargos eletivos e que, independentemente da posse destes, tem conseguido angariar cargos comissionados expressivos junto ao executivo estadual.

De acordo com a função de partido político proposta por Meneguello (1998), observa-se que o PSDB- ES não se caracteriza como um partido forte, o qual deveria possuir uma base de sustentação no caso da perda de cargos eletivos. O que verificamos foi a presença de um partido de quadros, visto que o seu alicerce se dá mais na “qualidade” do que na quantidade de sua base, por isso, vê-se a crescente procura por líderes já consagrados pelo eleitorado.

### Referências:

ALCANTARA SAEZ, Manoel e FREIDENBERG, Flávia. Partidos políticos na América Latina. **Opinião Pública**, vol.8, n.2, pp. 137-157, 2002.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil. In \_\_\_\_ (Org.) **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 279-301.

DAGNINO, E; OLVERA, A.J.; PANFICHI, A. (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra. Campinas-SP: Unicamp, 2006.

FERREIRA, D. P. **Oposição e Transição Democrática: a estratégia peemedebista**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, 1990.

FERREIRA, D. P.; BATISTA, C. M.; STABILE, M. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008.

FLEISCHER, D. Sistema Partidário Brasileiro: 1945-1997. **Política Comparada**, vol.1, nº2, 1997.

GUIOT, André P. **Um moderno príncipe para a burguesia brasileira: O PSDB (1988 a 2002)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2006.

GURZA LAVALLE, Adrián; CASTELLO, Graziela. Sociedade Civil, Representação e a dupla face da Accountability: cidade do México e São Paulo. **Caderno CRH**: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA: Salvador, v. 21, n. 52, p. 67-86, Jan./Abr. 2008.

---

9 Mesmo assim, esta idéia de ver os partidos como grupos que buscam cotas de poder se encontra amplamente difundida na literatura, em diversos autores como Weber (1922/1944), Duverger (1951), Downs (1957), Sartori (1976/1992), Kirchheimer (1980), Von Beyme.

HOCHSTETLER, K; FRIDMAN, E.J. Representação, Partidos e Sociedade Civil na Argentina e no Brasil. **Caderno CRH**: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA: Salvador, v. 21, n. 52, p. 47-66, Jan./Abr. 2008.

KINZO, M. D. G. **De Geisel a Collor**: o balanço da transição. São Paulo: Idesp: Sumaré, 1990.

KINZO, M. D. G. Democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, vol.14, nº4, 2001.

KINZO, M. D. G. **Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice, 1988.

KINZO, M. D.G. Os partidos no eleitorado, São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 57, vol. 20, fevereiro de 2005.

LAMOUNIER, B. O "Brasil Autoritário" revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, A. (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEFÈVRE F; LEFÈVRE, A.M.C. **Discurso do Sujeito Coletivo. Um novo enfoque em pesquisa qualitativa (Desdobramentos)**. 2ª Ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2005, p. 13-35.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti; SIMIONI, Alexandre A. C.; FERRAZ, Maria Teresa M. A. **Acessando o Discurso do Sujeito Coletivo e o Software Qualiquantisoft**: Manual. São Paulo: IPDSC, 2007.

LIMONGI, Fernando e FIGUEIREDO, Argelina. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

MAINWARING, Scott P. **Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, Rio de Janeiro: FGV. 2001.

MENEGUELLO, R. **Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. Estatuto (2007)

ROMA, C. A Institucionalização do PSDB, entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, J, vol. 17, nº 49, p. 71- 92. Junho 2002.

SILVA, M. Z.; ROCHA, Y. R. C. Formação de Lideranças Locais no Espírito Santo. **Relatório de Pesquisa - DCSO/UFES**, Vitória/ES, UFES, Novembro/1993, (mimeo).

SILVA, Marta Z. e SOUSA, Maxieni M. O Poder Legislativo do Espírito Santo: Revisitando algumas interpretações correntes. **Relatório de Iniciação Científica**, Julho 2003 (mimeo).

TAROUCO, Gabriela S. **Os partidos e a Constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda**. Tese (Ciência Política) Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2007.